

ELITE GESTORA DA CULTURA NOS GOVERNOS ESTADUAIS (2019-2022)

Culture management elite in state governments (2019-2022)

Alexandre Almeida Barbalho

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 28/08/2023

ACEITO EM 24/09/2023

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p103-128>

Copyright (c) 2023 Alexandre Barbalho



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
[Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

BARBALHO, Alexandre. Elite gestora da cultura nos governos estaduais (2019-2022). *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 48, n. 258, p. 103-128, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n258.p103-128>

Resumo

O objetivo do artigo é analisar se, onde e como ocorreu o alinhamento entre o perfil das elites gestoras das políticas culturais estaduais com aquele estabelecido pelo Governo Federal no setor durante do governo Bolsonaro (2019-2022). A hipótese é de que onde o arranjo político estadual era favorável ao governo Bolsonaro, a gestão da cultura foi entregue a agentes de fora do campo, tanto como expressão do descompromisso com o setor e do apoio ao presidente da República, quanto como resposta às demandas de cargo por parte da coalizão estadual. Para dar conta do problema de pesquisa – que pode ser expresso pelas seguintes perguntas: quem são esses agentes que compõem as elites gestoras de cultura nos estados? Quais seus recursos? - foi feito um levantamento dos gestores máximos de cultura dos 26 estados e a criação de um banco de dados que reuniu informações sobre as seguintes variáveis em relação à trajetória dos referidos agentes: formação superior; ocupações profissionais; cargos de confiança; cargos políticos eletivos; e produção simbólica.

Palavras-chave: Elite; Governo; Política; Cultura.

Abstract

The aim of the article is to analyze whether, where and how the profile of the elites managing of state cultural policies was aligned with that established by the Federal Government in the sector during the Bolsonaro government (2019-2022). The hypothesis is that where the state political arrangement was favorable to the Bolsonaro government, the management of culture was handed over to agents outside the field, both as an expression of the lack of commitment to the sector and support for the President of the Republic, and as a response to demands of office by the state coalition. To deal with the research problem – which can be expressed by the following questions: who are these agents that make up the cultural management elites in the states? What are your resources? - a survey was carried out of the top managers of culture in the 26 states and the creation of a database that gathered information on the following variables in relation to the trajectory of these agents: higher education; professional occupations; positions of trust; elected political office; and symbolic production.

Keywords: Elite; Government; Policy; Culture.

O governo de Jair Bolsonaro significou um rearranjo das forças políticas e das elites brasileiras a partir de um contexto de crise que vinha se processando desde 2013, como expressam as chamadas “jornadas de junho” ocorridas naquele ano. A reeleição no segundo turno de Dilma Rousseff por uma pequena margem de votos em 2014, o exercício atribulado

de seu governo que resultou no seu impedimento e, em seguida, na investidura do vice Michel Temer na Presidência em 2016 são expressões, entre outras, desse processo.

Segundo Perry Anderson (2019), a eleição de Bolsonaro em 2018, que se posicionou na campanha como um *outsider*, acarretou em mudanças para além daquelas desejadas pelos agentes que inviabilizaram o governo Dilma e que viram suas candidaturas ou de colegas de partido derrotadas pelos representantes do grupo bolsonarista. No entanto, o novo arranjo político não conseguiu superar a crise. Pelo contrário, ela não só permanece como sinaliza que continuará operando pois, de acordo com Leonardo Avritzer, “o bolsonarismo é expressão de mudanças muito profundas na política e na organização de poder na sociedade brasileira” (AVRITZER, 2020, p. 09).

De toda forma, a partir de 2019, ascende ao poder executivo federal uma nova elite dirigente. Por elite, entende-se, a partir de Wright Mills e sua abordagem posicional de base institucionalista e relacional – uma das mais influentes na agenda dos estudos de elite (DENORD, PALME, RÉAU, 2020; GUSTAVSSO, MELDAHL, 2020) –, como uma minoria “compuesta de hombres cuyas posiciones les permiten trascender los ambientes habituales de los hombres y las mujeres corrientes”, posições essas que autorizam que as decisões tomadas a partir delas tenham consequências importantes, pois se trata de “los puestos de mando de la estructura social” (MILLS, 1989, p. 11-12). Nesse sentido, a elite dirigente é constituída pelos agentes que ocupam a posição máxima de mando dentro da instituição onde atuam e, por isso, se posicionam, dentro do governo, com mais recursos para atuar como os principais estrategistas (WHTTINGTON, 2002), de modo a definir a agenda e o desenho das políticas adotadas no conjunto ou em determinado setor governamental. Como reforça Jacques Coenen-Hunter, a elite dirigente se define como um “grupo ocupando posições estratégicas que lhe permitem exercer uma influência perceptível sobre processos de tomadas de decisão” (COENEN-HUNTER, 2013, p. 128).

A análise posicional, por sua vez, fundamenta-se na hipótese de que “as posições atingidas nas estruturas formais das diversas organizações e instituições fornecem uma boa aproximação do poder que detém os indivíduos que ocupam estas posições” (COENEN-HUNTER, 2013, p. 148). A despeito dos limites e das críticas feitas ao método posicional, por exemplo, pelos pluralistas, com destaque para Robert Dahl, que privilegiam o método decisional, e pelos neolitistas, que ressaltam as tomadas de não-decisão (PERISSINOTTO, 2009), parte-se do pressuposto de que na realidade brasileira, os altos cargos do poder

executivo detêm destacada capacidade tanto de decidir as políticas quanto de tirar da agenda temas incômodos. Esse pressuposto, por exemplo, embasou a pesquisa de Maria Celina D'Araújo sobre a elite dirigente do governo Lula, ao recortar esse grupo como aquele composto por pessoas que chegaram ao “topo da administração pública federal, no âmbito do Poder Executivo”, reunindo “quadros técnicos, burocratas, funcionários de carreira e políticos de recorte eleitoral, como acontece com grande parte dos ministros e secretários de Estado” (D'ARAÚJO, 2009, p. 05).

A nova elite do governo Bolsonaro é formada em grande parte por agentes que possuíam uma carreira política sem destaque, integrantes do “baixo clero”, entendido aqui como categoria nativa operante no Poder Legislativo para designar os/as deputados/as que não exercem papéis de relevo no espaço parlamentar (MESSENBERG, 2010); por indivíduos que não pertenciam ao campo político, recrutados em especial entre militares e evangélicos, portanto inexperientes no trato da gestão pública; e por técnicos recrutados em meio ao ambiente ultraliberal (COUTO, 2021). Em comum, entre eles, o fato de serem ideologicamente alinhados com Bolsonaro e se encaixarem na sua agenda de politização do poder executivo federal (INÁCIO, 2021).

Junto com a elite dirigente se impõe uma agenda que em certos aspectos dá continuidade àquela implementada no governo Temer (BRAVO; PELAEZ; DE MENEZES, 2020; OREIRO; PAULA, 2019; VIDIGAL, 2019), mas que acrescenta novos temas, com destaque para a “pauta conservadora”, onde ganha centralidade a disputa político-cultural, não apenas por meio da atuação da Secretaria de Cultura¹, mas também de outros órgãos como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o da Educação, o da Saúde e o das Relações Exteriores, entre outros (ALMEIDA, 2019; PASTORINI; FARIA, 2020).

Na lógica do federalismo brasileiro, a despeito da descentralização de recursos², da autonomia política e das salvaguardas conquistadas pelos estados e municípios com a Constituição de 1988, sabe-se que o Governo Federal desempenha um papel importante

¹ A Secretaria Especial da Cultura foi criada após a extinção do Ministério da Cultura no início do governo Bolsonaro.

² Sobre esse ponto específico, desde o final do segundo governo Lula, ocorreu uma desaceleração na economia o que afetou o setor público como um todo, incluindo os governos estaduais que enfrentam problemas no controle de suas contas. Esse contexto de deterioração fiscal diminuiu a capacidade de gestão da crise por parte dos estados e aumentou a dependência de suporte federal (LOPREATO, 2021).

como indutor de políticas públicas, em especial por conta dos sistemas nacionais, para os demais entes federados (LICIO et al, 2011; LOTTA, 2019). Por sua vez, é possível supor que a agenda política estabelecida pelo grupo que esteve à frente da Presidência da República tendesse a se reproduzir nas gestões subnacionais cujos mandatários se alinharam à orientação de Bolsonaro. É importante salientar que, no início de seu mandato, o então presidente recebeu apoio de 15 governadores eleitos, ainda que essa adesão tenha diminuído consideravelmente ao longo dos anos seguintes (POMPEU, 2020).

O objetivo deste artigo é analisar se, onde e como ocorreu o alinhamento entre o perfil das elites gestoras das políticas culturais estaduais com aquele estabelecido pelo Governo Federal no setor. A hipótese é de que – a despeito das lógicas específicas de formação de agenda de políticas públicas no âmbito local, como é o caso dos governos subnacionais (LIU et al, 2010) –, onde o arranjo político estadual era favorável ao governo Bolsonaro, a gestão da cultura foi entregue a agentes de fora do campo, tanto como expressão do descompromisso com o setor e do apoio ao presidente da República, quanto como resposta às demandas de cargo por parte da coalizão estadual. A abordagem proposta nesse artigo se insere em um projeto mais amplo de pesquisa sobre elites dirigentes da cultura no Brasil que procura analisar os possíveis nexos causais entre os perfis dessas elites e as políticas culturais implementadas sob suas gestões³.

Essa prognose se fortalece com o fato de que a gestão pública de cultura nos três níveis federativos carece de uma burocracia de carreira especializada que possa qualificar o desenho e a implementação das políticas para o setor. A título de exemplo, o Ministério da Cultura, criado em 1985, só foi realizar seu primeiro concurso público em 2006, e a Secretaria de Cultura do Ceará, a mais antiga do país, criada em 1966 (BARBALHO, 1988), realizou o seu em 2018. A esse respeito é preciso levar em consideração a tese de André Borges e Denilson Coêlho de que “em burocracias ministeriais pouco insuladas – com carreiras frágeis e pouco consolidadas e presença minoritária de servidores do próprio órgão nos cargos diretivos –, os custos da partidarização seriam naturalmente mais baixos” (BORGES; COÊLHO, 2015, p. 81). Ainda que a referência dos autores seja os Ministérios, é plausível supor que as considerações acima também digam respeito à lógica das Secretarias Estaduais.

³ A esse respeito ver, por exemplo, Barbalho (2022a)

Desse modo, na cultura, a fragilidade do ambiente institucional não faria contraponto político e técnico a uma gestão descompromissada com o setor, ao contrário do que ocorreu na Saúde. Nesse setor, diante da crise sanitária, segundo a pesquisa de Ana Karine Pereira, Marília Silva Oliveira e Thiago da Silva Sampaio, os gestores estaduais se decidiram “pelo investimento em capacidades e racionalização da política, uma vez que levaram em consideração as informações técnicas produzidas por burocracias especializadas em detrimento do apoio político do presidente da República” (PEREIRA; OLIVEIRA; SAMPAIO, 2020, p. 692). Em outras palavras, os secretários de Saúde implementaram ações pautadas por recomendações científicas, inclusive produzidas pelos técnicos dos governos federal e estaduais, e não por barganhas, alinhamentos ou conveniências políticas.

Para dar conta do problema de pesquisa⁴ – que pode ser expresso pelas seguintes perguntas: quem são esses agentes que compõem as elites gestoras de cultura nos estados? Quais seus recursos? - Foi feito um levantamento dos gestores máximos de cultura (secretários, presidentes de fundações, diretores de departamento etc.) dos 26 estados e a criação de um banco de dados que reuniu informações sobre as seguintes variáveis em relação à trajetória dos referidos agentes: formação superior; ocupações profissionais; cargos de confiança; cargos políticos eletivos; e produção simbólica⁵.

Não entraram no *corpus* os gestores que foram nomeados no primeiro semestre do último ano de gestão (2022) para ocupar a vaga do titular que se desincompatibilizou para se candidatar nas eleições que ocorreram naquele ano. Essa opção se justifica pelo fato de que o escolhido foi uma solução do governador diante de um cenário impositivo de mudanças na elite dirigente, pelo pouco tempo de gestão que teve e pelos limites legais para a implementação de novas políticas em período eleitoral.

O artigo se estrutura em três seções seguidas das considerações finais. Na primeira, são apresentadas as linhas de força da cultura política própria ao bolsonarismo. Entende-se

⁴ Trata-se de pesquisa em andamento que, em seu âmbito, acabou de publicar uma coletânea reunindo análises sobre a condução das políticas estaduais de cultura durante o governo Bolsonaro (BARBALHO; CALABRE; RUBIM, 2023).

⁵ É importante salientar que, a despeito da importância da burocracia técnica para a implementação das ações políticas (BENAMOUZIG; BORRAZ, 2021), a análise se deteve sobre o corpo de agentes que, como dito, tinha maior capacidade de definir a agenda das políticas culturais. Também não se considerou, nessa abordagem, a difícil e sempre controversa equação entre agenda-justificativa técnica-interesses políticos-governança (EPSTEIN, 2021).

que se encontra aí a base para a política cultural executada pelo governo Bolsonaro, objeto da segunda seção. Na seção final, analisa-se a elite dirigente da cultura constituída pelos gestores estaduais do setor, procurando compará-la com aquela que se estabeleceu em âmbito federal.

A CULTURA POLÍTICA DO GOVERNO BOLSONARO

Analizar uma elite dirigente setorial, nesse caso, a da cultura, em âmbito estadual, procurando observar como ela reverbera ou não o arranjo federal, demanda entender a lógica simbólica que opera no grupo à frente da Presidência da República, ou em outras palavras, sua cultura política.

Pressupondo que a política se dá em meio à pluralidade de crenças e interesses, entende-se por cultura política, seguindo a definição de Christian Lynch, como o “conjunto de discursos ou práticas simbólicas” que sustenta a efetuação das demandas políticas ao mesmo tempo que confere “identidades aos indivíduos e grupos, indicando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais podem demandar” (LYNCH, 2017, p. 06). Ainda segundo o autor, a figura da autoridade política relaciona-se à autoridade linguística que, por sua vez, é inerente à cultura política, ou seja, dos discursos existentes no seu interior.

A opção por essa definição, diante dos vários entendimentos do conceito e das críticas feitas a ele (HERAS-GÓMEZ, 2002), se justifica pelo fato de Lynch destacar a ligação de uma cultura política a um grupo e não à nação e sua identidade. Como contraponto a essa perspectiva, por exemplo, Henrique Castro e Sofia Castillo, seguindo a linha de pesquisa liderada por Marcello Baquero (2018; 2003), entendem a eleição de Bolsonaro como reflexo da cultura política nacional que se caracteriza por sua hibridez. Essa natureza híbrida se expressaria na “centralidade dos valores autoritários e conservadores, apesar da existência de um apoio geral à ideia de democracia”, ou melhor, “de uma democracia inercial que se sustenta em aspectos formais, mas não em valores democráticos” (CASTRO; CASTILLO, 2021, p. 47). Sem necessariamente descartar que haja uma cultura política nacional hegemônica que se materializa em uma democracia híbrida, a linha de análise possibilitada pela definição de Lynch ajuda a entender melhor a especificidade da produção político-simbólica do governo Bolsonaro ao focar nas ideias de um grupo específico, o bolsonarista.

Como já indicado na introdução, a eleição de Bolsonaro implicou na ascensão de um grupo e de uma agenda que, como defendem Mayra Goulart da Silva e Theófilo Rodrigues, pode ser designada de populista de direita, onde se conjugam o autoritarismo no trato com a sociedade civil, a defesa de valores morais conservadores e a política econômica liberal. Em suas práticas governamentais, o presidente eleito e seus ministros procuraram materializar as práticas discursivas que acompanham Bolsonaro desde o início de sua vida pública. Desse modo, implementaram medidas no “sentido de um minimalismo democrático, de inobservância da *accountability* e de redução do alcance das instâncias participativas e deliberativas” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 96). O lema que melhor expressa essa agenda é o “Boi, bíblia e bala” (FOGEL; PAGLIARINI, 2021) e a estratégia de seus porta-vozes é atuando o Outro como um inimigo a ser eliminado (AZEVEDO, 2019).

Entre as oito ações do governo Bolsonaro analisadas por Silva e Rodrigues, encontra-se o vídeo em que o dramaturgo e então secretário Especial de Cultura Roberto Alvim divulgou, em janeiro de 2020, o Prêmio Nacional das Artes. Alvim fez um anúncio que, além de reproduzir o ambiente de trabalho de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, incorporava trechos de seu discurso, tendo como trilha de fundo a ópera *Lohengrin*, de Richard Wagner, admirada pelo ditador alemão. Mesmo que o secretário tenha sido demitido diante da repercussão negativa de sua performance, é relevante destacar que amplos setores da produção cultural brasileira não se posicionaram de forma contrária ao gestor. Segundo o escritor, roteirista e empreendedor social Anderson França, reinou o silêncio na “classe artística que detém os maiores e mais gordos contratos. Da turma da cultura de massa. Das maiores emissoras. Dos maiores contratos com gravadoras e distribuidoras” (FRANÇA, 2020, s/p).

Outra marca da cultura política bolsonarista é a sua filiação ao discurso que os próprios integrantes do grupo e seus apoiadores denominam de “politicamente incorreto”. Por meio dessa adesão procuraram se contrapor ao “politicamente correto”, ou seja, à mobilização por parte de pesquisadores e ativistas em prol do reconhecimento das minorias sociais e do estabelecimento de prática discursivas e de políticas públicas que afirmem esses grupos como sujeitos de direitos. Ainda que seja um fenômeno anterior ao governo Bolsonaro (DI CARLO; KAMRADT, 2018), a cultura política do politicamente incorreto encontrou nesse período um ambiente institucional favorável ao seu reconhecimento como noção guia para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Relacionado ao politicamente incorreto está o combate ao que o bolsonarismo denomina de “marxismo cultural” ou de “hegemonia da esquerda” no campo cultural, em especial no espaço universitário, em referência explícita à obra de Gramsci. Não se trata de uma peculiaridade brasileira, mas de um movimento presente em outras realidades nacionais, como a francesa e a norte-americana. No Brasil, uma referência nessa “disputa contra-hegemônica”, para permanecer na terminologia gramsciana, foram a obra e a atuação de Olavo de Carvalho nas redes sociais com seus cursos voltados para formação intelectual dos militantes de direita. Carvalho se destacou como o ideólogo de Bolsonaro desde a sua candidatura, tendo indicado para o governo vários de seus seguidores, como os ministros da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, do Meio Ambiente Ricardo Salles e das Relações Exteriores Ernesto Araújo.

Sem pretensão de abranger todos os aspectos da cultura política bolsonarista e para encerrar essa seção, faz-se necessário apresentar as principais ideias-força que guiaram as ações desse grupo segundo a pesquisa de Camila Rocha, Esther Solano, Jonas Medeiros: 1. segurança pública e militarização da vida; 2. meritocracia e vitimismo; 3. anticorrupção e antipolítica tradicional; 4 moralização e cristianização da vida; e 5. ódio pop e linguagem do povo. Esses valores, com o governo Bolsonaro, “were elevated to positions of power during the Bolsonaro administration and became responsible for shaping federal government policy, especially with regard to the economy, education, culture, the environment, and foreign relations” (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 141).

Ainda segundo os autores, o objetivo principal dessas mudanças nas políticas públicas era a “frágil esfera pública pós-burguesa” que se institucionalizou no país com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988. Para tanto, Bolsonaro empregou “a discursive strategy called *right-wing counterpublicity*: an aggressive rhetoric filled with curse words and acid humor—political incorrectness—in order to restore traditional hierarchies, values, and ways of life” e criou “a new dynamic in the public debate: dominant *counterpublicity*, an unstable phenomenon based on reiterated attacks on institutions that seek to substitute their mild progressive foundations and foster an authoritarian political culture” (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. XIII).

A próxima seção irá se deter em uma dessas áreas estratégicas para a cultura política bolsonarista: a da política cultural. Ao contrário do que pode parecer, diante da extinção do MinC e da rotatividade de gestores na Secretaria Especial de Cultura, o governo Bolsonaro

possuía uma política para o setor que se caracterizou por sua tentativa de esvaziar o que foi construído desde os anos 1930, a exemplo do que ocorreu com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e de impor uma visão de mundo a partir dos valores apresentados acima.

A POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO BOLSONARO

Já durante o processo eleitoral de 2018, o candidato Jair Bolsonaro externalizava sua oposição a determinados mecanismos da política cultural federal, como a Lei Rouanet, avaliada por seu ele e seu grupo como um instrumento de renúncia fiscal para beneficiar uns poucos artistas consagrados, além de servir para desvio de recursos públicos. O candidato também já anunciava que iria transformar o MinC em uma Secretaria vinculada ao Ministério da Educação (BOREKI, 2018).

De fato, logo após assumir a Presidência, Bolsonaro extinguiu o Ministério e criou uma Secretaria Especial da Cultura que passou, ao longo do governo, por uma instabilidade institucional, tendo sido vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania e depois ao Ministério do Turismo. Ao longo de quatro anos, a pasta teve sete gestores, entre interinos e titulares (Quadro 01), e o único que conseguiu de fato se estabelecer no cargo foi Mario Frias que esteve como secretário de junho de 2020 a março de 2022, quando foi exonerado para concorrer à vaga de deputado federal pelo Partido Liberal (PL) de São Paulo.

Quadro 01 – Secretários da Cultura no governo Bolsonaro.

SECRETÁRIO	PERÍODO	ATUAÇÃO
Henrique Pires (titular)	01.jan.2019-21.agosto.2019	Professor e gestor de instituições públicas e privadas. Chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Social no Governo Temer
José Paulo Martins (interino)	21.agosto.2019-09.set.2019	Administrador com atuação na iniciativa privada.
Ricardo Braga	09.set.2019-06.nov.2019	Economista com carreira no mercado financeiro
Roberto Alvim	07.nov.2019-17.jan.2020	Dramaturgo
José Paulo Martins (interino)	17.jan.2020-04.mar.2020	Administrador com atuação na iniciativa privada.
Regina Duarte	04.mar.2020-10.jun.2020	Atriz

Mário Frias	23.jun.2020-30.mar.2022	Autor
Hélio Ferraz	30.mar.2022-31.nov.2022	Advogado especializado em Direito de Família e Sucessões

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da pesquisa.

Se os secretários, em sua maioria, foram recrutados do campo cultural (casos de Alvim, Duarte e Frias), ainda que sem experiências anteriores na gestão pública, o mesmo não aconteceu, necessariamente, com os cargos inferiores de chefia. O secretário-adjunto entre janeiro de 2019 a janeiro de 2020 foi o administrador José Paulo Martins. *A partir de setembro de 2020, o secretário-adjunto foi o policial militar André Porciúncula.* Antes dele, haviam ocupado o cargo os advogados Pedro Horta, que tinha sido responsável pelo departamento comercial da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, e Andrea Abrão Paes Leme.

A instabilidade ocorreu também em outros espaços institucionais da Secretaria, a exemplo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), que teve cinco presidentes e a maioria sem qualquer relação com o setor (Quadro 02).

Quadro 02 – Presidentes da Funarte no governo Bolsonaro

PRESIDENTES	PERÍODO	ATUAÇÃO
Miguel Proença	Fev.2019-Nov.2019	Músico
Dante Mantovani	Nov.2019-Mar.2020	Maestro
Luciano Querido	Maio.2020-Set.2020	Bacharel em Direito, designer digital e técnico em TI, ex-assessor de Carlos Bolsonaro
Lamartine Barbosa Holanda	Set.2020-mar.2021	Coronel da reserva
Tamoio Athayde Marcondes	Abril.2021-dez.2022	Procurador federal

Elaboração própria. **Fonte:** Banco de dados da pesquisa

É relevante para o que se discute nesse artigo o fato de que as indicações de dois dos secretários da Cultura, Alvim e Frias, e de Mantovani para a presidência da Funarte foram feitas por Geralda Gonçalves, conhecida como Geigê. Sem ter cargo no governo e morando há décadas nos Estados Unidos, Geigê integrava o grupo bolsonarista e olavista e era responsável por divulgar a agenda de campanha de Bolsonaro no exterior. Foi também uma

das principais responsáveis pela exoneração da secretária Regina Duarte e de seu secretário adjunto (GULLINO; NIKLAS, 2020; MARQUES, 2020).

Frias é ator e apresentador de televisão com passagens pelas TV Globo, Rede TV! e Record TV. A Secretaria Especial de Cultura foi sua primeira experiência na gestão pública. Seu principal assessor foi o citado Porciúncula, que como Frias, nunca tinha tido experiência na condução de políticas públicas e também foi candidato à deputado federal pelo PL da Bahia nas eleições de 2022.

A marca da gestão de Frias foi a articulação de dois vetores, ambos eivados pelo discurso moralista vigente no governo: o do engajamento nas guerras culturais promovidas pelo bolsonarismo e a defesa de uma suposta lisura na gestão pública, em particular quanto à distribuição dos recursos para fora do “círculo das minorias privilegiadas” e ao uso da Lei Rouanet. A respeito da primeira, além da fórmula mais conhecida de criar controvérsias ligadas a questões de gênero, raça, sexualidade, entre outras, Gabriel Cid, João Domingues e Leandro de Paula (2022a) propõem que a política cultural de Frias visava o “homem comum” brasileiro, um sujeito apegado às tradições e aos valores cristãos e a salvo das mudanças promovidas pela modernidade.

Sobre a segunda, prevalece a lógica do “gestor-auditor”, que age “como um perito na administração do erário público (...) segundo uma lógica punitiva, a fim de articular regimes de penalização de grupos e expressões culturais que gozariam de privilégios indevidos” e “rebaixar o próprio circuito da política cultural ao plano da cidadania pecuniária protagonizado pelo instituto da prestação de contas” (CID; DOMINGUES; PAULA, 2022a, p. 14). Como resultado, a Secretaria teve uma baixa execução orçamentária: do orçamento de R\$ 1,77 bilhão de 2020 foram usados R\$ 608,7 milhões, e do total aprovado de R\$ 1,69 bilhão para 2021 foram empenhados R\$ 620,1 milhões (ANDRÉ PORCIUNCULA, NÚMERO 2 DE MÁRIO FRIAS... 2022)

Frias teve que lidar com os efeitos no campo cultural da crise sanitária provocada pelo Covid 19, um setor que foi “o primeiro a fechar e o último a abrir” – uma formulação nativa e recorrentemente utilizada para destacar o quanto os agentes do campo foram prejudicados com a pandemia, que implicou na suspensão das práticas e formas de consumo presencial e coletivo dos bens simbólicos e no fortalecimento da relação doméstica com o universo da cultura, por meio do acesso possibilitado pelas mídias digitais. Esta conjuntura,

consequentemente, colocou em uma condição de extrema vulnerabilidade a cadeia produtiva de diversos setores da economia da cultura que procuram soluções e alternativas para se manterem atuantes.

Sem ter proposto qualquer política para enfrentar essa conjuntura, onde diversos ramos e setores contam com o financiamento direto ou indireto por parte dos poderes públicos para existir, tal postura configurou-se em uma situação de retroalimentação com efeitos trágicos para a produção cultural do país. Com isso, a Secretaria Especial da Cultura ficou a reboque da iniciativa dos agentes culturais e dos parlamentares que elaboraram a Lei 14.017/20, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República em 29 de junho de 2020⁶.

Se o secretário se mostrou, em público, favorável à execução da LAB, tentando capitalizar a política para o presidente (MARIO FRIAS CELEBRA LEI ALDIR BLANC..., 2020), não repetiu o posicionamento no que diz respeito à Lei Paulo Gustavo, que dava continuidade ao repasse de verbas para o setor por conta da situação emergencial, e à LAB II, que possui caráter mais estruturante e prevê o repasse anual de recursos para estados e municípios, ambas aprovadas por ampla maioria no Congresso Nacional. Integralmente vetadas pelo governo Bolsonaro, tendo sido os vetos derrubados pelo Congresso, as propostas foram criticadas por Frias e Porciúncula (LUIZ, 2021).

Por sua vez, antes da LAB, a imensa maioria dos governadores (20) optou por dar uma resposta à crise no setor e essa opção foi, em quase todos os casos, a do lançamento de editais⁷. Os estados que não lançaram editais, com exceção de Pernambuco (PSB), eram governados por partidos situados no centro ou na direita do espectro partidário e cujos mandatários apoiavam o presidente: Acre (Progressistas), Rondônia (PSL), Goiás (DEM), São Paulo (PSDB) e Santa Catarina (PSL). Observa-se ainda que o agendamento, a formulação e o lançamento dos editais, no geral, foram rápidos, concentrando-se nos meses de março e abril. Com exceção de Tocantins, que se restringiu à música, os demais estados lançaram

⁶ A LAB versa sobre ações emergenciais destinadas ao setor e garantiu a transferência da União para os demais entes da Federação de três bilhões de reais a serem aplicados em três casos: I - renda emergencial mensal; II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais; e III – editais ou outros instrumentos de seleção pública voltados para realização de atividades artístico-culturais transmitidas ou disponibilizadas por meio de plataformas digitais (BRASIL, 2020).

⁷ Não se considerou no levantamento ações paliativas como distribuição de cesta básica para artistas e artesãos.

editais voltados para amplos segmentos da produção cultural, incluindo culturas populares, indígenas, afrobrasileiras e LGBTQIA+, entre outras (BARBALHO; SEMENSATO, 2020).

Pode-se conjecturar que o público alvo dos editais é uma herança da concepção ampliada de cultura e, portanto, de política cultural, que orientou a atuação do MinC nos governos petistas e terminou por pautar as gestões estaduais e municipais. De todo modo, o contexto apontado acima coloca em xeque a hipótese exposta na introdução, afinal, a maioria dos estados governados por apoiadores de Bolsonaro não reproduziu a inércia do Governo Federal e lançou seus próprios instrumentos para minorar os efeitos da pandemia no setor. Nesse sentido, a próxima seção, ao analisar o quadro dos gestores estaduais de cultura, fornecerá mais elementos para o sustento ou não da suposição que guiou a pesquisa.

OS GESTORES ESTADUAIS DE CULTURA

Um primeiro nível de análise diz respeito à existência ou não de estabilidade na gestão, que se expressa na quantidade titulares que estiveram à frente do órgão de cultura ao longo do governo. O que se observa é que, ao contrário do que ocorreu no Governo Federal, a maioria dos estados teve um (15) ou dois (09) titulares (Quadro 03). Esse dado indica um ambiente favorável à continuidade das políticas no setor, bem como um contexto no qual o cargo não foi alvo constante de disputa ou barganha, independente do alinhamento do governador com o presidente. Por sua vez, é revelador que os dois estados que tiveram maior quantidade de gestores, Tocantis com três e Goiás com quatro, fossem governados por apoiadores de Bolsonaro.

Quadro 03 – Quantitativo de gestores de cultura por estado

ESTADO	QUANTITATIVO DE GESTORES
AC	1
AM	1
AP	1
PA	1

TO	3
RO	1
RR	2
GO	4
MT	2
MS	2
MA	2
PI	2
CE	1
RN	1
PB	1
PE	1
SE	1
AL	1
BA	1
ES	1
RJ	2
SP	1
MG	2
PR	2
SC	2
RS	1
Total	40

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da pesquisa

No que diz respeito ao perfil dos escolhidos, é importante destacar que no Brasil, como regra, a nomeação para os cargos de direção pública em âmbitos federal, estadual e

municipal é feita livremente por parte do governo eleito. Não se trata de uma especificidade nacional pois, como aponta Luiz Alberto dos Santos (2009), a existência de cargos de confiança, ao lado de cargos de carreira, faz parte do regime democrático, de modo a garantir ao governo eleito algum grau de escolha sobre quem vai ocupar as estruturas de comando político e administrativo na máquina pública e, assim, garantir sua marca na gestão.

Segundo Pedro Cavalcante e Paulo Carvalho (2017), o sistema brasileiro é o de emprego (*position-based*), por permitir que os ocupantes dos cargos de confiança sejam recrutados tanto dentro, quanto fora do serviço público, e com trajetórias e experiências diversificadas. Esse recurso tem servido tanto para acomodar interesses políticos (prestigiando aliados e cooptando opositores) e/ou pessoais (amigos e camaradas de confiança), o que imprime uma intensa circularidade entre os ocupantes desses postos, quanto para atrair para a gestão pública agentes reconhecidos em suas áreas de atuação de modo a qualificar e capitalizar a equipe (D'ARAÚJO, 2009; PACHECO, 2002).

Se é possível separar idealmente esses tipos de escolhas (política, lealdade pessoal ou meritocrática), na análise empírica observa-se que são comuns combinações entre eles, de modo que um integrante da elite dirigente pode ter sido indicado por razões políticas e, ao mesmo tempo, possuir relações pessoais com o ministro e/ou o presidente e ser um expert reconhecido no setor para o qual foi recrutado. A partir dessa constatação, foi estabelecida a seguinte tipologia acerca dos perfis dos gestores: 1. técnico-político sem vinculação direta com o campo cultural; 2. perfil técnico-político com vinculação direta com o campo cultural; 3. perfil técnico sem vinculação direta com o campo cultural; 4. perfil técnico com vinculação direta com o campo cultural; 5. perfil político com vinculação direta com o campo cultural; 6. perfil político sem vinculação direta com o campo cultural; 7. perfil nem técnico, nem político, mas com vinculação direta com o campo cultural; 8. perfil nem técnico, nem político, nem com vinculação direta com o campo cultural (Quadro 04).

Para elaborar os perfis dos gestores, construiu-se um banco de dados sobre cada um deles com as seguintes variáveis: 1. Estado e partido do governador; 2. Período em que ficou como gestor; 3. Tipo de órgão gestor (secretaria, fundação, departamento etc.); 4. Formação superior; 5. Ocupações profissionais antes de ocupar o cargo; 6. Cargos de confiança assumidos antes de torna-se gestor cultural; 7. Cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural; e 8. Produção e/ou reconhecimento simbólico.

No que diz respeito à variável Formação superior, restrigindo-se somente à graduação, um dos gestores era graduado e três possuíam dois títulos. Entre os que detinham diploma superior, prevaleu a formação em direito (27,7%) seguida por Administração (13,8%). Quanto aos cargos de confiança, a maioria (60,71%) ocupou, em algum momento, secretário titular ou adjunto/vice/substituto nacional, estadual e/ou municipal, ou seja, já esteve entre a elite dirigente, sendo que, deste universo, 25% tinha ocupado a pasta de cultura.

Dos cargos partidários ou político-eletivos, destacam-se os que assumiram cargos de vereança (33,33%), seguidos por aqueles que foram eleitos deputados estaduais (22,22%). Por fim, em relação à produção e/ou reconhecimento simbólico, dez dos agentes analisados se enquadram nessa variável, prevalecendo os que atuavam na área literária (50%), pertencendo a academias estaduais ou municipais de letras, instituições que, tradicionalmente, são constituídas por intelectuais consagrados.

Quadro 04 – Tipologia de perfis dos gestores culturais

PERFIL/CARACTERÍSTICAS	VARIÁVEIS CORRESPONDENTES
1. Perfil técnico-político sem vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, e ligações partidárias, mas sem atuação no campo cultural (artista e/ou produtor)	Formação superior sem ligação com o campo cultural Ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo; Cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional Cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de tornar-se gestor cultural; Sem produção e/ou reconhecimento simbólico.
2. Perfil técnico-político com vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, ligações partidárias e atuação no campo cultural (artista e/ou produtor)	Formação superior com ligação com o campo cultural; Ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;

	<p>Cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p> <p>Com produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>
3.Perfil técnico sem vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, mas sem ligações partidárias e nem atuação no campo cultural	<p>Formação superior sem ligação com o campo cultural</p> <p>Ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;</p> <p>Cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Sem cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p> <p>Sem produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>
4.Perfil técnico com vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, mas sem ligações partidárias e com atuação no campo cultural	<p>Formação superior com ligação com o campo cultural</p> <p>Ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;</p> <p>Cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Com produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>
5.Perfil político com vinculação direta com o setor	<p>Formação superior com ligação com o campo cultural</p> <p>Ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;</p> <p>Cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Com cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p>

	Com produção e/ou reconhecimento simbólico.
6. Perfil político sem vinculação direta com o setor	<p>Formação superior sem ligação com o campo cultural</p> <p>Sem ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;</p> <p>Cargos de confiança não correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Com cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p> <p>Sem produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>
7. Perfil nem técnico, nem político, mas com vinculação direta com o setor: sem trajetória na gestão privada e/ou pública e nem ligações partidárias, mas com atuação no campo cultural	<p>Formação superior com ligação com o campo cultural</p> <p>Com ocupações profissionais técnicas antes de ocupar o cargo;</p> <p>Sem cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Sem cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p> <p>Com produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>
8. Perfil nem técnico, nem político, nem com vinculação direta com o setor	<p>Formação superior sem ligação com o campo cultural</p> <p>Sem ocupações profissionais antes de ocupar o cargo;</p> <p>Sem cargos de confiança correspondentes à formação e à atuação profissional</p> <p>Sem cargos partidários ou político-eletivos assumidos antes de torna-se gestor cultural;</p> <p>Sem produção e/ou reconhecimento simbólico.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da pesquisa

Tendo a tipologia acima como referência, e a partir do banco de dados reunidos pela pesquisa, estabeleceu-se a seguinte quantificação por perfis (Quadro 05).

Quadro 05 – Perfis dos gestores estaduais de cultura

PERFIL	ESTADOS/GESTORES
1.Perfil técnico-político sem vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, e ligações partidárias, mas sem atuação no campo cultural (artista e/ou produtor)	AC AP RR (2) TO (1,2,3) GO (2) PI (2) SE RJ (1,2) PR (1) SC (2)
Total 1	13
2.Perfil técnico-político com vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, ligações partidárias e atuação no campo cultural (artista e/ou produtor)	PA RR (1) AL CE MA (2) PB PI (1) RN MG (2) SP RS
Total 2	11
3.Perfil técnico sem vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, mas sem ligações partidárias e nem atuação no campo cultural	RO GO (3,4) MA (1) PE PR (2)
Total 3	6

4.Perfil técnico com vinculação direta com o setor: trajetória na gestão privada e/ou pública, incluindo cargos de confiança, mas sem ligações partidárias e nem atuação no campo cultural	AM GO (1) MS (2) MT (2) BA
Total 4	5
5.Perfil político com vinculação direta com o setor	
Total 5	0
6.Perfil político sem vinculação direta com o setor	MT (1) MS (1)
Total 6	2
7.Perfil nem técnico, nem político, mas com vinculação direta com o setor: sem trajetória na gestão privada e/ou pública e nem ligações partidárias, mas com atuação no campo cultural	ES SC (1)
Total 7	2
8.Perfil nem técnico, nem político, nem com vinculação direta com o setor	MG (1)
Total 8	1
Total geral	40

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da pesquisa

Como se observa, prevaleceu como critério de escolha a junção de recursos técnicos e políticos (24), seguido por aquele que detinha o perfil eminentemente técnico (11). Já os que foram recrutados unicamente por razões políticas ou pessoais (MG, MT e MS) representam apenas 7,5% (3) – todos em estados com governos alinhados à Presidência da República.

Apenas dois estados, SC e ES, tiveram como gestor um agente cujo principal recurso era proveniente de sua trajetória no campo (perfil 7). Por sua vez, 22 governadores (55%) recrutaram gestores sem vinculação direta com a cultura, ou seja, perfis 1, 3, 6 e 8, sendo a maioria destes apoiadores de Bolsonaro. Portanto, tem-se um quadro equilibrado no que diz respeito ao compromisso do gestor estadual em nomear agentes com trajetória de algum

modo relacionada à cultura, com destaque para os que agregam também um perfil técnico-político.

Para finalizar, vale a pena observar o lugar institucional de atuação dessa elite gestora. Lembrando que o governo Bolsonaro extinguiu o MinC transformando-o em uma secretaria vinculada a um ministério, ou seja, rebaixando a cultura na hierarquia interna da gestão. No caso dos estados, não se verificou esse rebaixamento. Todos os governos estaduais não só mantiveram suas secretarias de cultura ou fundações, como elas permaneceram, em sua maioria, exclusivamente voltadas para o setor (92,30%). Dos casos em que houve divisão de competências, duas secretarias fundiram cultura com economia criativa, uma com turismo, uma com esporte e lazer e uma com comunicação, sendo esta a única em que a cultura vem em segundo no nome do órgão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das informações reunidas no banco de dados não comprovou a hipótese de um alinhamento generalizado entre Governo Federal e Governos Estaduais, mesmo entre os governadores bolsonaristas, no que diz respeito à lógica de recrutamento e ao perfil dos gestores de cultura. O que parece ter prevalecido, portanto, foi a peculiaridade do arranjo político das forças locais, incluindo as relações estabelecidas com o campo e os agentes culturais de cada estado.

O fato de que ocorreu uma estabilidade na gestão, com a maioria dos estados tendo apenas um titular no setor da cultura ao longo dos quatro anos, sinaliza, de um lado, o apoio dos agentes culturais ao gestor do órgão, não resultando, portanto, em pressão que pudesse desestabilizar sua atuação, e de outro, que o governador não colocou o cargo como moeda de troca ao longo de seu mandato.

Isso não implica afirmar que o recrutamento se deu a partir simplesmente da escolha técnica e/ou da filiação do gestor ao campo cultural. Como foi discutido, a livre nomeação para os cargos públicos de confiança responde a um amálgama de interesses: técnicos, políticos e pessoais. Contudo, a partir da tipologia proposta, constatou-se que prevaleceu como critério de escolha a junção de recursos técnicos e políticos ou somente técnico e um número pouco expressivo daqueles escolhidos por razões políticas ou pessoais – quase igual

ao montante daqueles escolhidos por sua vinculação direta com o setor, sem que pesasse fatores técnicos e/ou políticos.

Essa constatação abre novos caminhos para a pesquisa: como se deram esses arranjos em nível estadual? Quais foram as variáveis fundamentais para a sua consolidação? É possível levantar a hipótese de que a politização do campo cultural (BARBALHO, 2022b) e o fortalecimento das políticas públicas de cultura ocorrido ao longo dos governos Lula e Dilma, bem como a politização de certo modo blindou o setor de interferências externas mais radicais, como, por exemplo, gestores escolhidos meramente por critérios políticos e/ou pessoais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 185-213, 2019.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Bolsonaro. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 113, p. 215-254, 2019.

ANDRÉ PORCIUNCULA, NÚMERO 2 DE MÁRIO FRIAS, VOLTA AO GOVERNO BOLSONARO. **Folha de São Paulo**, 19.out.2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/10/andre-porciuncula-numero-2-de-mario-frias-volta-ao-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 19.ago.2023.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de. O governo Bolsonaro: movimento em pinça de várias divisões. In: **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 63-82

BAQUERO, Marcello. **Democracia inercial**: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello. Dossiê Cultura Política, Democracia e Capital Social. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 7-11, 2003.

BARBALHO, Alexandre. Os Dirigentes da Cultura: A Elite da Política Cultural na Era Weffort. **Tomo**, v. 1, p. 451-478, 2022a.

BARBALHO, Alexandre. Acerca de “fenômenos políticos curiosos”: a politização do campo cultural no Brasil. **Pragmatizes - Revista latino-americana de estudos em cultura**, v. 12, p. 225-251, 2022b.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Albino. **Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios**. Salvador: UFBA, 2023.

BARBALHO, Alexandre; SEMENSATO, Clarissa. A cultura em tempos de covid-19: análise das políticas estaduais de cultura dirigidas para o contexto emergencial da pandemia. In: FROTA, Francisco Horácio; FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Andréa Luz da. **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas**. Fortaleza: Edmeta, 2020. p. 171-194.

BENAMOUZIG, D.; BORRAZ, O. Burocracia, organizações, políticas públicas e formalização do conhecimento. In: OLIVERIA, O.; HASSENTEUFEL, P. (org). **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**. Brasília: Enap, 2021, p. 80-98.

BOREKI, Vinícius. **Bolsonaro defende a extinção do Ministério da Cultura**. 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 07.mar.2023

BORGES, A; COÊLHO, D. O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios - Ciência e Tecnologia e Integração Nacional. In: LOPEZ, F. (org). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015. p. 71-106.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **Ser Social**, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.

CASTRO, Henrique; CASTILLO, Sofia Vizcarra. Uma democracia frágil e sem valores democráticos. **Revista Debates**, v. 15, n. 2, p. 45-73, 2021.

CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 5, n. 1, p. 01-26, 2017.

CID, Gabriel; DOMINGUES João; PAULA Leandro de. "Um governo dedicado ao homem comum e seus valores": a cultura como objeto da política na gestão Bolsonaro. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 54, n.1, p. 37-63, 2022.

CID, Gabriel; DOMINGUES João; PAULA Leandro de. "Gestor-auditor": a retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 48, n. 1, p. 1-17, 2022.

COUTO, Cláudio. Do governo movimento ao pacto militar-fisiológico In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

D'ARAÚJO, M. C. de. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DENORD, F.; PALMER, M.; RÉAU, B. Introduction. In DENORD, F.; PALMER, M.; RÉAU, B. (ed). **Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses.** Cham: Springer, 2020, p. 01-16.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

EPSTEIN, Renaud. Sociologia da ação pública local: governança territorial e gestão remota. In: OLIVERIA, O.; HASSENTEUFEL, P. (org). **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.** Brasília: Enap, 2021, p. 274- 286

FOGEL, Benjamin; PAGLIARINI, Andre. Brazil Turns on Bolsonaro. **Dissent**, v. 68, n. 4, p. 100-109, 2021.

FRANÇA, Anderson. Silêncio sobre Roberto Alvim reinou entre o pessoal do axé, do sertanejo e do pagode. **Folha de São Paulo**, 21.jan.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/anderson-franca/2020/01/silencio-sobre-roberto-alvim-reinou-entre-o-pessoal-do-axe-do-sertanejo-e-do-pagode.shtml>. Acesso em 08.mar.2023

GULLINO, Daniel; NIKLAS, Jan. Número 2 de Mario Frias é exonerado da secretaria da Cultura. **O Globo**, 14.jul.2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/numero-2-de-mario-frias-exonerado-da-secretaria-da-cultura-1-24531353>. Acessado em 31.ago.2022

GUSTAVSSON M.; MELLDAHL, A. The Social Closure of the Cultural Elite. The Case of Artists in Sweden, 1945–2004. In: DENORD, F.; PALMER, M.; RÉAU, B. (ed). **Researching Elites and Power. Theory, Methods, Analyses.** Cham: Springer, 2020, p. 223-240

HERAS-GÓMEZ, Leticia. Cultura política: el estado del arte contemporáneo. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, n. 30, 2002.

INÁCIO, Magna. Poder executivo: presidência e gabinete. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LÍCIO, Elaine et al (org). **Uma agenda em (re)construção:** os estados no federalismo brasileiro. Boletim de Análise Político-Institucional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.1 (2011). Brasília: Ipea.

LIU, Xinsheng et al. Understanding local policymaking: Policy elites' perceptions of local agenda setting and alternative policy selection. **Policy Studies Journal**, v. 38, n. 1, p. 69-91, 2010.

LOPRETO, Francisco Luiz Cazeiro. Governos estaduais: o retorno à debilidade financeira. IN: ETULAIN, Carlos (org). **Políticas públicas no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos.** Córdoba: Editorial de la UNC; Campinas, SP: NEPP/UNICAMP, 2021.

LOTTA, Gabriela (org). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019.

LUIZ, Washington. Mario Frias diz que Lei Paulo Gustavo, adiada, transforma governo em caixa eletrônico. **Folha de São Paulo**, Ilustrada. 14.set.2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/mario-frias-diz-que-lei-paulo-gustavo-adiada-transforma-governo-em-caixa-eletronico.shtml>. Acessado em 24.ago.2023.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 36, p. 4-19, ago. 2017.

MARIO FRIAS CELEBRA LEI ALDIR BLANC, FELICITA BOLSONARO E OMITE AUTORIA NO CONGRESSO. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, 30.nov.2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/11/mario-frias-celebra-lei-aldir-blanc-felicita-bolsonaro-e-omite-autoria-no-congresso.shtml>. Acesso em 24.ago.2023

MARQUES, Hugo. A ex-faxineira que emplaca indicações importantes no governo Bolsonaro. **Veja**, 10.jan.2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/a-ex-faxineira-que-emplaca-indicacoes-importantes-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 31.out.2020

MESSENBERG, Débora. O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v. 40, p. 79-107, mai./ago. 2010.

Mills, C. W. **La élite del poder**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar. **ResearchGate**. set, 2019.

PACHECO, R.. Mudanças no perfil dos dirigentes públicos no Brasil e desenvolvimento de competências de direção. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. **Anais...** Lisboa, 2002. Disponível em https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gypesquisa.fgv.br/files/arquivos/regina_monnteiro_-cambio.pdf. Acesso em 26.mar.2021

PASTORINI, Alejandra; FARIA, Gabriele Gomes. As políticas públicas e o avanço do conservadorismo no Brasil: protagonistas e estratégias. **PLAZA PÚBLICA. Revista de Trabajo Social**, n. 23, p. 5-22, 2020.

PEREIRA, Ana Karine; OLIVEIRA, Marília Silva; SAMPAIO, Thiago da Silva. Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 678-696, 2020.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba: Intersaberes, 2009.

ROCHA; Camila; SOLANO; Esther; MEDEIROS, Jonas. The Bolsonaro Paradox. **The Public Sphere and Right: Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021.

SANTOS, L. Burocracia profissional e a livre nomeação para cargos de confiança no Brasil e nos EUA. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 60, v. 1, p. 05-28 Jan/Mar 2009.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações**, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 20, 2019.

WHTTINGTON, Richard. Practice perspectives on strategy: unifying and developing a field. In: **Academy of Management Proceedings**. Briarcliff Manor: Academy of Management, 2002. p. C1-C6.

Dados do autor

Alexandre Almeida Barbalho

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>.